

**VOZES EM EMBATE NA MÍDIA DE INFORMAÇÃO E  
PRODUÇÃO DA OBJETIVIDADE: POLÊMICAS EM TORNO DA  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA**

**(Voices in struggle in information media discourses and the  
production of objectivity: on precarization of work in school)**

Bruno DEUSDARÁ

*(UERJ, Instituto de Letras – Departamento de Estudos da Linguagem  
e Instituto de Aplicação – Departamento de Línguas e Literatura)*

Décio ROCHA

*(UERJ, Instituto de Aplicação – Departamento de Línguas e Literatura e  
Instituto de Letras – Departamento de Estudos da Linguagem, bolsista CNPq)*

**Resumo:** Neste artigo, procedemos à análise de modos de produção de sentidos sobre o trabalho dos profissionais de Educação do ensino médio na mídia impressa, a partir de uma perspectiva enunciativa. Para fins de análise, selecionamos, como corpus, notícias de jornal tematizando o Programa de gratificação Nova Escola, instituído na rede pública estadual do Rio de Janeiro desde 2000. Abordando a problemática da heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990; Maingueneau, 1997), privilegamos o discurso relatado como entrada de análise, com ênfase na categoria de discurso narrativizado (Genette, 1972; Sant’Anna, 2004; Deusdará, 2006). Os resultados obtidos mostram que o recurso ao discurso narrativizado cria um efeito de objetividade máxima na captação da voz oficial.

**Palavras-chave:** discurso relatado; notícia de jornal; precarização do trabalho escolar; Programa Nova Escola.

**Abstract:** In this paper, we intend to analyze the production of meaning effects regarding the work of professionals of Education in media press, from an enunciative perspective. Our corpus is an article published in a newspaper focusing the bonus system (a pecuniary “reward” for positive results obtained) proposed in the scope of Programa Nova Escola, instituted in public schools of Rio de Janeiro since 2000. On the basis of the concept of enunciative heterogeneity (Authier-Revuz, 1990; Maingueneau, 1997), we shall highlight the role of reported speech in utterances, with emphasis on the category of “narratized speech” (Genette,

1972; Sant'Anna, 2004; Deusdará, 2006). Results show some evidence that narratized speech is the main strategy adopted for reporting utterances emitted by official voices, so as to create a maximal effect of objectivity.

**Key-words:** *discourse analysis; reported speech; news; precarization of work in school.*

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Situamos as reflexões propostas neste artigo no marco do debate acerca do discurso relatado, fenômeno que mobiliza processos sintático-discursivos em um esforço de obtenção de efeitos de distanciamento / aproximação entre as vozes do enunciador e aquelas trazidas em relato.

A noção de discurso relatado tem interessado especialmente aos estudos do discurso como dimensão “mostrada” da heterogeneidade enunciativa. Referimo-nos aqui à noção de heterogeneidade mostrada<sup>1</sup>, cujo foco recai sobre as manifestações explícitas (marcadas ou não) de negociação com a fala do outro. Entre essas manifestações, encontra-se o discurso relatado: com efeito, a atribuição de um relato a outro vem colocar em cena uma luta do discurso para delimitar a presença do outro em um determinado ponto, em uma extensão localizável, presença essa que, em última instância, contrariamente a tal representação, o constitui integralmente. Nesse embate, que produz como resultado a ilusão de uma suposta fronteira entre um discurso e seu outro, é possível recuperar sistemas de referência que evidenciam situações de enunciação distintas.

Para as discussões desenvolvidas neste artigo, interessa-nos propor um exercício de análise, confrontando, a partir da variedade dos modos de atribuição de um relato a outro, o modo como diferentes atores sociais são autorizados a se posicionar frente a determinada temática em texto da mídia impressa. Para tanto, inspiram-nos alguns encaminhamentos que têm sido propostos por diferentes autores no que tange aos processos envolvidos na atribuição do relato e seus efeitos de sentido.

---

1. Authier-Revuz (1990) propõe dois planos da heterogeneidade enunciativa: a heterogeneidade constitutiva (um princípio teórico segundo o qual as práticas de linguagem são, por constituição, heterogêneas) e a heterogeneidade mostrada (materialidades apreensíveis da heterogeneidade, criando a ilusão de que a presença do outro se restringe a essas entradas).

A primeira inspiração vem de Bakhtin (2004):

Essas formas [o discurso direto e o discurso indireto] são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas. (BAKHTIN, 2004: 147)

Com efeito, os processos sintáticos que se cristalizam nos diferentes modos de atribuição do relato a outro seriam indicadores das formas de regulação da circulação dos diferentes discursos que compõem uma dada conjuntura histórica e social.

Uma segunda inspiração nos conduz à discussão proposta por Sant'Anna (2004), que, inscrevendo o gênero notícia na tensão entre informar e opinar, atém-se a diferentes graus de apagamento do discurso do outro:

[compreender a enunciação do intertexto] como relato requer que consideremos que o enunciador-jornalista teve acesso a tais fontes – e delas retirou o que expor – ou a pessoas, conhecedores do teor de tais documentos. Esse entendimento do intertexto, como parte integrante da categoria do discurso relatado, abriu-nos uma possibilidade de constatar a existência de uma outra forma de o enunciador-jornalista construir sua enunciação: a de um discurso narrativizado. Esse tipo de relato, entendemos, é a forma mais apagada da atribuição do discurso a outro e, ao confundir-se com a idéia de 'informar objetivamente', corresponde a uma forma narrativizada máxima de um possível discurso indireto. (SANT'ANNA, 2004: 180)

A objetividade a que se refere a autora representaria, de acordo com a imagem do fazer jornalístico constante nos manuais de redação e estilo dos jornais por ela analisados, o domínio desejável de tal atividade. É nesse debate, cuja introdução remonta a Genette (1972), conforme apontaremos adiante, no qual se discutem formas mais ou menos apagadas de inscrever diferentes vozes nos discursos, que Sant'Anna propõe “*sistematizar esse processo de identificação de discurso relatado em nosso cópuz, das mais explícitas em relação à atribuição do dito a outro até a mais apagada ...*” (Sant'Anna, 2004: 182). Essa sistematização produz a lógica do *continuum*, que tem como critério de organização, da esquerda para a direita, um grau crescente de apagamento da presença de um discurso citado em um discurso citante. Sant'Anna (2004: 183) propõe, para tanto, o seguinte esquema:

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Entrevistas	discurso direto	ilhas de discurso direto	discurso segundo	discurso indireto	intertexto	discurso narrativizado

Quando optamos por apreender as diversas formas de inscrição de vozes em embate, intentamos dar visibilidade a uma trajetória de reflexões no âmbito dos estudos enunciativos que tem possibilitado compreender o funcionamento discursivo das notícias de jornal. Superada a ilusão de uma suposta neutralidade nos textos jornalísticos, esses estudos têm contribuído com a idéia de que a objetividade estaria longe de ser uma qualidade dos textos, não havendo, portanto, textos mais objetivos, em detrimento de outros, supostamente menos objetivos: a objetividade seria, antes, um efeito de sentido, provocado por certos procedimentos discursivos que se imprimem na materialidade linguística (DEUSDARÁ, 2007).

No que tange à temática apreciada neste artigo, a opção pelas discussões acerca do trabalho em Educação põe em cena o diálogo entre discursos de origens e contextos de circulação distintos, que se propõem a comentar situações de precariedade relativas ao sistema educacional típicas de todo o território nacional. Desde leis a textos científicos, de provas de aferição de rendimento de alunos a sistema de avaliação de cursos, de conversas informais a notícias de jornal, uma complexa rede de discursos institui-se, pondo em discussão um conjunto bastante diversificado de temas: remuneração salarial insuficiente dos profissionais, infraestrutura inadequada das escolas, índices elevados de reprovação, ausência de investimento público nas instituições de ensino, altas taxas de evasão e ineficiência das políticas de permanência, necessidade de democratização da gestão.

Todos os temas elencados parecem tocar nas questões que constituem os eixos centrais a partir dos quais se podem vislumbrar possíveis alternativas para a situação de precariedade da Educação, em um país cujas condições mais básicas de vida ainda não foram garantidas à maioria de nós, brasileiros: financiamento público, condições de trabalho, acesso e permanência, gestão democrática. Poderíamos também identificar os diversos atores sociais que são participantes desse diálogo acerca da crise atual no setor: sindicatos dos profissionais de educação, entidades representativas dos estudantes, governos e sociedade civil organizada, de modo geral.

No entanto, não é difícil perceber, no contexto atual, através de seu impacto midiático, o destaque conferido às propostas de políticas públicas elaboradas na esfera governamental, em seus diferentes níveis (federal, estaduais e municipais). A esse respeito, é importante ressaltar que as análises oferecidas por essas propostas para as “causas” da crise e as possíveis alternativas apontadas remetem à lógica neoliberal hegemônica, segundo a qual as verbas destinadas à área social, incluindo a Educação, são compreendidas não como investimento social urgente e necessário, mas como “gasto público” a interferir negativamente nas metas de *superavit* da política econômica ortodoxa. A partir dessa lógica, as saídas apontadas são medidas em percentuais a serem atingidos. Fala-se, então, em índices de qualidade, taxas de evasão e reprovação, percentuais de eficiência, etc., definidos burocraticamente.

Para as análises a serem desenvolvidas neste artigo, selecionamos a notícia intitulada “Mudam regras do Nova Escola” (em anexo), publicada em 29 de março de 2005, na seção “Nosso Rio: o que acontece perto de você”, do jornal *O Dia*, que tematiza as mudanças ocorridas no Programa Nova Escola, programa de gratificação aos profissionais de educação, em vigor na rede pública estadual do Rio de Janeiro desde 2000. Nossa opção pela seleção da referida notícia pode ser justificada por seu importante espaço de circulação, o qual ultrapassa as páginas dos jornais, tendo inclusive figurado em mural de sala de professores.

Parece-nos importante ressaltar ainda outro objetivo da presente reflexão, que diz respeito ao modo pelo qual concebemos o trabalho do linguista, concepção esta que subjaz às articulações propostas neste texto entre o referencial teórico e a temática em análise. Com inspiração nas observações de Rocha *et al.* (2002) a respeito das práticas de pesquisa em Linguística, é necessário dar visibilidade a uma das dimensões do trabalho do linguista que, em geral, permanece obscurecida: sua participação na qualidade de cientista social. Com efeito, o compromisso de refletir e de trazer uma contribuição relativa ao que se atualiza em nosso entorno enquanto embates, alianças, etc. – diversidade de eventos que dá o seu tom ao que habitualmente chamamos de “cotidiano” – é de todos.

Os discursos da ciência constituem uma parcela de tal compromisso de reflexão-organização do tipo de sociedade que (re)fazemos a cada instante, sendo avançadas diferentes pistas de entrada para abordar esse social, as

quais se definem em função da singularidade de cada formação: as leituras possibilitadas pelo historiador, as empreendidas no terreno da sociologia, aquelas que caracterizam a diversidade de enfoques possibilitados sob o rótulo da “psicologia”, etc. Nesse sentido, a tarefa do linguista é a de oferecer tão somente mais uma leitura que nos permita pensar a qualidade de social que se vem produzindo. Sua “novidade”, neste sentido, não reside na natureza do trabalho que empreende, mas na aposta que é capaz de fazer: a produtividade das trocas verbais para a apreensão disso que acabamos de denominar “qualidade de social”. Em outras palavras, seu investimento reside precisamente na produtividade de uma análise que, assentada na materialidade dos textos que se produzem, busca explicitar uma dada configuração de social, na medida em que os textos produzidos por uma comunidade funcionam, a partir de uma ótica discursiva, como verdadeiras janelas que dão acesso, por um lado, a uma certa ordem instituída no espaço-tempo dessa comunidade, e, por outro, às desestabilizações da referida ordem, favorecendo movimentos de criação de uma nova qualidade de relação entre os homens.

Com base em uma atividade de análise discursiva como a que defendemos, optamos neste trabalho pela investigação do embate que se trava a partir da copresença de diferentes discursos na referida notícia. Desse modo, privilegiamos como entrada linguística as marcas de discurso relatado, vendo nessas formas de inscrição de diferentes vozes não a reapresentação de uma polêmica que se teria dado anteriormente, mas a constituição de mais um cenário em que tais disputas ganham consistência: lugar de uma correlação de forças cuja disputa hegemônica encontra-se em jogo também através da linguagem. A título de exemplificação, podemos avançar que, quando o enunciador-jornalista convoca o Secretário de Educação a “explicar” a implementação de certas mudanças nas regras de um programa de avaliação dos profissionais, ou solicita de representantes do Sindicato “comentários” acerca das referidas medidas, pode-se estar inaugurando um espaço de diálogo e de tensionamentos que não existia antes da notícia. Como não ver, por exemplo, na forma como os diversos atores sociais são chamados a falar ao enunciador-jornalista, um dado modo de intervir nessas polêmicas? E ainda: como não compreender que, ao elegermos tais notícias, privilegiando uma determinada entrada de análise, também entram em jogo nossas implicações com o referido debate?

## 1. A COMPLEXIDADE DO EMPÍRICO: PLANO DISCURSIVO E PLANO NÃO DISCURSIVO

Neste item, apresentamos ao leitor um breve perfil da abordagem enunciativa da linguagem pela qual optamos para fins de nosso “esboço de análise” da notícia de jornal. A partir de uma reflexão na qual argumentamos a favor da assimetria entre linguagem e mundo, sustentaremos que não há uma relação de sequencialidade no tempo entre ambos, mas sim de simultaneidade, criando-se um plano de coengendramento. Em outras palavras, a linguagem não se situaria em um momento posterior ao momento de produção de mundo: “o discurso não é um ‘poslúdio’, não vem depois do ocorrido, mas contribui, a seu turno, para dar visibilidade, inteligibilidade, a uma dada situação de conjugação de forças”. (ROCHA, 2006: 366)

Em primeiro lugar, no que concerne às práticas discursivas, queremos deslocar a ênfase de uma dimensão representacional para uma dimensão de produção / intervenção no mundo. Em outras palavras, se é certo que a linguagem possui algum poder de representação, trata-se tão somente de uma ínfima parcela daquilo de que ela é capaz: as situações de comunicação não se restringem à transmissão de conteúdos e, por consequência, a linguagem não se limita a representar o real preexistente a ela:

... sabemos, desde Nietzsche, que os conceitos que produzimos para fazer referência à realidade permitem-nos apresentá-la como sempre idêntica a si mesma, reconhecível porque estabilizada em uma forma passível de ser comunicada. Tal prática implica o aprisionamento do real, o aprisionamento daquilo que sempre devém, em fórmulas identitárias que correspondem tão-somente a uma das faces da linguagem: seu poder de falar do mundo, produto de uma consciência vista como ‘lugar da interioridade e da organização centralizadora do eu (MOSE, 2005: 116).

Uma vez abandonado o paradigma identitário como eixo central das práticas de linguagem, assumimos que, ao produzir textos, além de participarmos da efetiva produção de um mundo, ainda inscrevemos um lugar para nós, aquele a partir do qual é possível nos dirigirmos a alguém, e um lugar para o outro, aquele que, em certa medida, é previsto para o interlocutor do texto proferido ou escrito. Essa dinâmica de lugares à qual ora fazemos referência não coincide com a clássica perspectiva interacional que dá sustentação aos enfoques comunicacionais, segundo a qual os inter-

locutores têm uma existência que é anterior ao momento das trocas verbais, sendo essas trocas verbais orquestradas na perspectiva da cooperação entre parceiros, sempre regidas pelo princípio da intercompreensão. De nossa parte, entendemos, pelo contrário, que a produção dos lugares ocupados pelos interlocutores é contemporânea à própria atualização das práticas languageiras: os enunciados produzidos respondem (parcialmente) pela qualidade de ‘realidade’ que se institui e são, a seu turno, requalificados por esse mesmo estado de realidade, o que redefine nosso entendimento de *situação empírica*, vista não mais como um *outro* das práticas languageiras.

O mundo conhecido é aquele que testemunha uma certa realidade cujo sentido não pode ser definido sem o background ou contexto dos estados internos do próprio organismo. Conhecer é configurar o mundo, é ensejá-lo ativamente. No lugar de conceber a atividade cognitiva como a apreensão de uma realidade preestabelecida, afirma-se que o mundo conhecido é um mundo sancionado, efeito de uma ‘decretação’ (*enactment*). (PASSOS, 2008: 204)

Em total afinidade com a perspectiva que rege os estudos sobre cognição na orientação de autores como Maturana e Varela (1980), que recusam abertamente qualquer definição de *conhecimento* como *representação da realidade*, argumentamos no sentido de demonstrar que, ao tomarmos a palavra, o que fazemos é propor uma dada organização do mundo. Diríamos, assim, que a linguagem reelabora sentidos e práticas nas situações concretas, intervindo, portanto, no mundo (ROCHA, 2006).

A referida reflexão sobre o conhecimento possui uma profunda afinidade com os desafios colocados a uma perspectiva discursiva, uma vez que, ao promover o debate acerca do encontro da materialidade linguística, da história e do sujeito, um de seus objetivos é o de avaliar a tensão que se institui entre o estrato discursivo e o estrato não discursivo do empírico, lugar no qual os sentidos ganham consistência para descortinar um sempre provisório “desenho de mundo”: sendo de ordem fundamentalmente dialógica a relação que se estabelece entre esses estratos, os sentidos emergentes se desfazem e se refazem incessantemente, estando sempre por se constituírem no terreno da história.

A seguir, exploraremos um determinado modo de apreender esse incessante trabalho da linguagem na história. Centraremos nossas reflexões nos debates em torno das contribuições que a noção de discurso relatado pode oferecer à questão da alteridade na linguagem.

## 2. VOZES EM EMBATE NA NOTÍCIA DE JORNAL: A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA EM QUESTÃO

No item anterior, discutimos alguns dos fundamentos de uma abordagem enunciativa, cujas premissas apontam para uma análise que não se centra na linguagem como dimensão do que é repetível, mas que ressalta sua complexidade constitutiva ao compreendê-la nos deslocamentos entre a repetição – terreno da língua cujas estruturas asseguram sua previsibilidade – e a produção – dimensão dos enunciados, que nunca são os mesmos, já que as situações concretas das quais emergem são sempre únicas, singulares (BAKHTIN, 2000).

Neste item, antes de explicitar as análises das ocorrências de discurso relatado (DR) na notícia de jornal em questão, apresentaremos ao leitor o lugar do DR segundo o apreendem diferentes autores que embasarão nossas análises (GENETTE, 1972; AUTHIER-REVUZ, 1990, 2001; SANT'ANNA, 2004; ARIAS, 2003; DEUSDARÁ, 2006). Em seguida, faremos uma análise dos diferentes modos de inscrição da voz do outro na notícia que selecionamos, com ênfase nos conflitos que se desenvolvem entre o governo e os trabalhadores. Exploraremos ainda na análise desses diferentes modos de inscrição de outras vozes na notícia os efeitos provocados pelo apagamento (mais ou menos acentuado) das situações de enunciação em que o enunciado relatado teria sido originalmente produzido.

### *2.1. Heterogeneidade enunciativa e discurso narrativizado*

As análises acerca da problemática da heterogeneidade enunciativa tomando como entrada privilegiada o discurso relatado nos remetem à obra de Authier-Revuz (1990; 2001). Destacando a insuficiência da vulgata no tratamento da referida entrada, que insistiria em distinguir as citações em discurso direto (DD) e discurso indireto (DI), tomando como referência uma suposta “fidelidade” às palavras do outro e “objetividade” na atribuição do relato em DD, em detrimento da forma “derivável” do DI, a autora argumenta que o DD “não pode ser considerado ‘objetivo’, na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significaria restituir o ato de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 134).

Preendendo superar a compreensão do DR em termos de maior ou menor grau de “fidelidade” às palavras do outro, Authier-Revuz (1990) retoma a distinção entre “heterogeneidade constitutiva” e “heterogeneidade mostrada”, afirmando que a enunciação é integralmente constituída pela alteridade, que se mostra como tal apenas em determinados pontos da materialidade linguística. Tal procedimento de “exibir” a presença aparentemente pontual do outro faria supor que se teria, nas demais porções do enunciado, a evidência do EU, que se responsabilizaria pelo dito. Temos, assim, entre um plano constitutivo da heterogeneidade e um plano mostrado, uma tensão que produzirá a objetividade não como uma qualidade de um enunciado ou de uma forma de explicitar a presença de uma outra voz, como vimos, supostamente localizável em um ponto, mas como um efeito de sentido que se assegura a partir de certas manifestações do DR.

Neste artigo, discutimos a problemática relativa à heterogeneidade, tratando particularmente da categoria de discurso narrativizado (DN). Inicialmente, contextualizaremos brevemente suas condições de emergência em Genette (1972); a seguir, apontando as questões a que a elaboração de uma dada categoria de DR vem responder, explicitaremos a trajetória dos critérios de identificação do DN sucessivamente oferecidos por Sant’Anna (2000), Arias (2003) e Deusdará (2006).

Originalmente, a elaboração da categoria de discurso narrativizado remete-nos ao trabalho de Genette (1972). Com efeito, contrariando um ponto de vista segundo o qual a categoria do modo não se aplicaria à análise do discurso narrativo, Genette defende a seguinte posição<sup>2</sup>:

Podemos, com efeito, contar *com mais ou menos detalhes* o que se conta, e contá-lo *segundo tal ou qual ponto de vista*; e nossa categoria do *modo narrativo* visa precisamente a essa capacidade e às modalidades de seu exercício: a “representação”, ou, mais exatamente, a informação narrativa possui seus graus; a narrativa pode fornecer ao leitor mais ou menos detalhes, e de maneira mais ou menos direta e, desse modo, parecer (para retomar uma metáfora espacial corrente e cômoda, contanto que não a tomemos ao pé da letra) colocar-se a uma maior ou menor *distância* em relação ao narrado. (Genette, 1972: 183)

Acentuando, dessa forma, não apenas a “distância” possível de ser mantida em relação ao narrado, mas também a “perspectiva” que se adota

---

2. Tradução nossa.

no curso da narração, a qual pode coincidir com o ponto de vista de um personagem da trama, o autor conclui:

“Distância” e “perspectiva”... são as duas modalidades essenciais dessa *regulação da informação narrativa* que é o modo, da mesma forma que a visão que tenho de um quadro depende, em nitidez, da distância que me separa dele, de minha posição em relação a tal obstáculo que o esconde parcialmente. (Genette, 1972:184)

Assim, com base no critério da distância narrativa, três são as possibilidades de discurso (efetivamente verbalizados ou mantidos como reflexão interior) entrevistas por Genette: discurso narrativizado (ou contado), discurso transposto (no estilo indireto) e discurso reportado. Considerando que a compreensão de cada modalidade de discurso poderá ser facilitada pela diferença que a separa das demais, partiremos dos discursos reportado e transposto para chegar ao narrativizado, que é o que nos interessa de perto no momento.

O discurso relatado (reportado) é o mais mimético de todos, pelo fato de o narrador fingir se ausentar e passar literalmente a palavra ao personagem; para ilustrá-lo, Genette oferece o seguinte enunciado<sup>3</sup>: “Eu disse a minha mãe (ou: eu pensei): é absolutamente necessário que eu despose Albertine”.

O discurso transposto (em estilo indireto) caracteriza-se por ser um pouco menos mimético que o anterior, e corresponderia à fórmula (pronunciada) “Eu disse a minha mãe que me era absolutamente necessário desposar Albertine”, ou então ao discurso interior “Eu pensei que me era absolutamente necessário desposar Albertine”. Trata-se de um formato de discurso que não oferece qualquer garantia ao leitor de fidelidade no relato das palavras efetivamente pronunciadas, pois “a presença do narrador aí ainda é excessivamente sensível na própria sintaxe do enunciado para que o discurso se imponha com a autonomia documentária de uma citação” (Genette, 1972: 192).

Chegamos, finalmente, ao discurso narrativizado (contado), que corresponde ao modo narrativo mais distante e mais redutor, uma vez que todo um encadeamento discursivo está reduzido ao breve relato do aconteci-

---

3. Os exemplos apresentados para ilustrar cada um dos tipos de discurso anteriormente anunciados são ficções criadas por Genette com base no universo narrativo de Proust.

mento, condensando o narrado em um mínimo de palavras. Para retomar a exemplificação oferecida por Genette, diremos que, em sua modalidade de texto efetivamente pronunciado em discurso narrativizado, teríamos “Informe minha mãe de minha decisão de desposar Albertine”; sua “versão” em discurso interior garantiria um grau máximo de redução do discurso ao evento, ou seja, o que originalmente eram palavras torna-se agora ato, apresentando-se como evento narrado: “Decidi desposar Albertine”.

Como vemos, o discurso narrativizado, segundo Genette, pode ser definido como um modo narrativo antípoda do discurso reportado: neste, predomina a dimensão mimética, havendo um máximo de informação (com a “reprodução-simulação” das palavras do outro) e um mínimo de presença da instância que presta informação (isto é, um apagamento máximo do narrador); naquele, em que predomina o diegético, assistimos a um mínimo de informação (a palavra do outro é apresentada como evento ocorrido), a qual é prestada por uma instância informativa cuja presença se dá em grau máximo.

Sant’Anna (2004)<sup>4</sup> retoma o debate acerca do DN em um contexto específico: o da constituição de sentidos do trabalho em notícias que envolvem a indústria automobilística no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, a categoria de DN aparece como resposta à necessidade de se “apagarem” na notícia enunciados proferidos em um tempo passado que, por alguma razão, não se deseja apresentar com seu estatuto de relato.

Observando a possibilidade de ocorrência de relato cuja voz é atribuída não a um indivíduo ou a um grupo, mas a documentos, leis, notícias e a outros tipos de textos, a autora compreende a necessidade de pressupor um conjunto de implicações, como o contato do jornalista diretamente com os textos citados, ou indiretamente, através de outras pessoas que forneceriam as informações necessárias. Nesse contexto de reconfiguração de critérios para o DR, Sant’Anna (2004) identifica a abertura para a elaboração de uma outra categoria de relato: aquela que corresponde à “forma mais apagada de atribuição do discurso a outro e [que], ao confundir-se com a idéia de ‘informar objetivamente’, corresponde a uma forma narrativizada máxima de um possível discurso indireto” (SANT’ANNA, 2004: 180).

---

4. A obra a que fazemos referência aqui corresponde à publicação inspirada em sua tese de doutorado, defendida no Programa LAEL/PUC-SP, em 2000.

A definição de DN proposta por Sant’Anna (2004) refere-se a “enunciados cuja existência é apresentada pelo enunciador-jornalista como um dizer que este capta e transforma, apagando a fonte do relato de forma decisiva” (SANT’ANNA, 2004: 181).

A partir dessa definição, alguns critérios de delimitação foram sendo elaborados. Explicitaremos agora um fragmento para análise que nos permita, em um primeiro momento, compreender de que modo o relato em DN se articula, nas notícias de jornal, com as demais formas de citar um discurso. Vejamos o fragmento retirado da notícia de jornal em análise:

Categoria *quer* piso de cinco salários-mínimos

Diríamos que, no fragmento em análise, há um relato que não ganha visibilidade como tal. Com efeito, o enunciado “Categoria *quer* piso de cinco salários-mínimos” não corresponde à estrutura canônica daquilo que aprendemos a reconhecer como discurso relatado, uma vez que não há nem marcas tipográficas para tal fim (dois pontos, aspas, como ocorre no discurso direto), nem mesmo a presença de um verbo *dicendi* em sua forma clássica.

Apesar de todas essas evidências, argumentaremos no sentido de caracterizar o fragmento como remetendo a um “relato mitigado”, o que corresponde exatamente à referida noção de discurso narrativizado. Estaríamos, assim, no terreno das ocorrências de DR, cujos critérios de identificação apresentamos a seguir, tal como aparecem em Deusdará e Sant’Anna (2007):

i) **apagamento da fonte:** esse critério remete à definição de DN elaborada por Sant’Anna (2000), apresentada anteriormente. No DN, o relato caracteriza-se pela ausência de marcas que nos permitam atribuir o dito em questão a outro enunciador que não seja o próprio jornalista;

ii) **encadeamento das situações de enunciação:** o relato em DN implica, além da situação em que o enunciador-jornalista se dirige ao leitor do jornal, duas outras: uma, a situação de enunciação original, aquela em que o dito relatado é originalmente proferido; outra, a situação de enunciação intermediária, aquela em que alguém relata o dito da situação original ao jornalista. Esse critério fora estipulado, como desdobramento dos trabalhos de Sant’Anna (2000), por Arias (2003);

iii) **Concepção não restrita do elemento *dicendi***: para identificação do relato em DN, é preciso ultrapassar a concepção tradicional de verbo *dicendi*, de modo que se possam compreender as situações em que uma outra voz emerge, considerando tanto elementos introdutórios de natureza verbal (“O ministro **responde** às acusações”), quanto de natureza nominal (“**Resposta** do ministro às acusações”). Tal critério remete igualmente ao trabalho de Arias (2003);

iv) **Grupos de elemento *dicendi***: em consonância com os critérios ii e iii, Deusdará (2006) trabalhou no intuito de colaborar para a operacionalização do elemento *dicendi*. Percebe-se, assim, ser possível organizar o elemento *dicendi* em três grupos: verbos e locuções verbais; verbos associados a grupos nominais; finalmente, grupos nominais apenas.

A partir dos critérios explicitados anteriormente, optamos por constituir o seguinte quadro, que colabora ao dar visibilidade ao encadeamento de diferentes situações de enunciação como elemento fundamental para o reconhecimento do relato em DN:

<b>Situação de enunciação atual</b>	
• enunciador: jornalista	• coenunciador: leitor
• tempo: data do jornal	
• marca lingüística de relato: <i>quer</i> piso de cinco salários-mínimos	
<b>Situação de enunciação intermediária</b>	
• enunciador: fonte desconhecida	• coenunciador: jornalista
• tempo: anterior à situação de enunciação atual	
• conteúdo do dito: reivindicação por piso de cinco salários-mínimos	
<b>Situação de enunciação original</b>	
• enunciador: categoria	• coenunciador: governo
• tempo: indefinido	
• tipo do dito que poderá ter sido emitido: apresentação de pauta de reivindicação	

### Quadro 1. Encadeamento das situações de enunciação no discurso narrativizado

Não é difícil perceber que, se optamos por enxergar no fragmento citado a presença de uma voz captada por intermédio de um dispositivo bastante singular de discurso relatado – a saber, o discurso narrativizado –, é porque entendemos que o único modo que justifica a possibilidade de o jornalista informar o que informa é ter ouvido / presenciado algo acerca da

situação de enunciação em que uma dada categoria profissional demonstra querer (ou seja, reivindica) um piso salarial. Ora, todos sabemos que a manifestação de tal “querer”, a explicitação de tal reivindicação, é uma ação que, ao lado de todos os atos de natureza não verbal que aí estarão implicados<sup>5</sup>, não pode se atualizar sem a produção de uma outra ordem de atos que necessariamente acompanharão tais atos não verbais: a produção de enunciados verbais, se considerarmos que reivindicar um piso salarial significa “dizer” a um dado interlocutor-patrão que se deseja obter tal piso; significa acima de tudo insistir no dito, negociar, justificar a procedência do que se reivindica, refutar as contrapropostas que serão enunciadas, etc. Em outras palavras, o referido dizer precisa ser enfaticamente reiterado, e nossa experiência como trabalhadores é a garantia de que dispomos para embasar a certeza de que “reivindicar um piso mínimo” significa “lutar (também) verbalmente” para manter nossa pretensão a esse mesmo piso. É nesse sentido que o verbo “querer”, acompanhado do sintagma “piso de cinco salários-mínimos”, revela a natureza narrativizada do relato de vozes que, à primeira vista, parecem mitigadas<sup>6</sup>. Todas essas reflexões conduzem a algo que já foi anteriormente explicitado: a complexidade do plano das empiricidades, constituído necessariamente por práticas discursivas e não discursivas.

## *2.2. Polêmicas em torno do Programa Nova Escola: embate entre as vozes do governo e dos trabalhadores*

Passaremos agora a algumas considerações sobre a notícia de jornal intitulada “Mudam regras do Nova Escola”. Nela observamos a constituição de uma certa aparência de objetividade nos relatos, alternando-se entre as formas de DN e referência ao intertexto: ora o enunciador-jornalista relata as “mudanças” como “fatos objetivos” a serem “passados” ao coenunciador, ora os documentos alterados são chamados a “falar”. Vejamos a seguir um exemplo de tal alternância:

---

5. Não é difícil imaginar o tipo de atos produzidos em tais situações: reuniões de lideranças da categoria profissional, assembleias, encontros da categoria profissional com representantes do patrão; eventualmente, manifestações públicas (passeatas).

6. O referido encontro de um verbo (*querer*) e do sintagma *piso de cinco salários-mínimos* corresponde precisamente a uma das configurações do DN que apresentamos anteriormente no item iv, referente a grupos de elemento dicendi: a configuração de verbo + grupo nominal.

Vão mudar de novo as regras do Programa Nova Escola, que avalia e classifica colégios da rede estadual para pagamento de gratificação a quase 88 mil servidores

No fragmento acima, a ocorrência de DN em “vão mudar de novo as regras do Programa Nova Escola” garante o apagamento da fonte de tal relato, ou seja, não se explicita quem teria informado ao enunciador-jornalista a respeito das mudanças nas regras do Programa Nova Escola. As estratégias de apagamento não se limitam à fonte das “informações”; estendem-se ainda a quem teria sido o responsável pelo processo de avaliação e classificação das escolas da rede estadual. Esse apagamento, que se constitui no funcionamento discursivo, abre a possibilidade para duas interpretações motivadas sintaticamente: na primeira, poderíamos afirmar que se trata de um enunciado atribuído a uma enunciação coloquial, em que a locução verbal “vão mudar” representaria um caso de indeterminação do sujeito, isto é, alguém (não se sabe quem) mudará as regras do Programa; na segunda possibilidade de interpretação, que nos parece mais adequada, dado o contexto da notícia, teríamos “as regras do Programa Nova Escola, que avalia e classifica colégios da rede estadual para pagamento de gratificação a quase 88 mil servidores” como o sujeito de “vão mudar”, em posposição.

Considerando ser esta a interpretação sintática, a nosso ver, mais adequada, percebemos uma certa “entificação” das regras, secundarizando o processo de mudança e tornando seus atores como meros coadjuvantes. O apagamento da fonte do relato e dos responsáveis pela mudança das regras produz, assim, um privilégio do resultado (a proposição de novas regras) em detrimento dos processos (a mudança). A “objetivação” das informações assim constituída privilegia um perfil de coenunciador atento à realidade como algo dado, de certo modo, mais pragmático e menos questionador. No quadro a seguir, identificamos as vozes reportadas em toda a notícia, acompanhadas dos termos *dicendi* introdutórios do relato:

Vozes reportadas	Termo <i>dicendi</i>
SEE	“ <i>estuda</i> ” “ <i>terá que definir</i> ”
O secretário de Educação	“ <i>pensou</i> ”
O Programa Nova Escola	“ <i>avalia</i> ” “ <i>classifica</i> ” “ <i>avaliar</i> ” “ <i>propor metas</i> ”
O Edital	“ <i>prevê</i> ” “ <i>estabelece</i> ”
As avaliações de 2003 e de 2004	“ <i>classificaram</i> ”
Os alunos	“ <i>enfrentarão questões</i> ”
Diretor(es) de escola	“ <i>prestarem contas</i> ” “ <i>se preocupa</i> ”
Vozes não definidas	“ <i>Vão mudar as regras</i> ” [A prestação de contas] “ <i>será avaliada</i> ” “ <i>serão emitidos</i> ” [certificados] [O provão do Nova Escola] “ <i>será aplicado</i> ” “ <i>mudanças no Nova Escola 2005</i> ” “ <i>alvo de duras críticas</i> ” “ <i>é apurada</i> ” [a organização de quadros de horários, prestação de contas, integração com a comunidade e assiduidade de professores] “ <i>são checados</i> ” [dados] “ <i>ver o desempenho</i> ” [dos alunos]

**Quadro 2 – Identificação das vozes reportadas e dos termos *dicendi* na notícia “Mudam regras do Nova Escola”**

Até aqui, argumentamos no sentido de sustentar que o apagamento da fonte do relato provocaria um efeito de “objetivação” dos sentidos, que, nesse contexto, passam a ser tomados como “informações”. Impossível não destacar o equívoco que tem fundamentado uma concepção instrumental da linguagem, afirmando que sua existência seria pautada pela necessidade de comunicação entre os falantes, entendida aí como troca de informações. Tal equívoco não considera que os sentidos ganham forma na linguagem a partir de certas coordenadas sócio-historicamente constituídas. A estabilização provisória dos sentidos, como processo situado na enunciação, provoca efeitos de “objetivação”. Assim, tal concepção tomaria como premissa da

linguagem o que, a nosso ver, não deixa de ser um efeito produzido no curso mesmo da enunciação.

Feita essa observação acerca do equívoco que subjaz às premissas de uma concepção instrumental da linguagem, passaremos a analisar certos relatos em relação aos quais a atribuição de uma situação de enunciação original evidencia um conjunto particular de fenômenos. Trata-se de relatos cujo termo *dicendi* remete ao encadeamento de enunciações em que não há somente uma situação de enunciação original, mas uma condensação delas. Nesses relatos, a ênfase recai sobre a objetivação das ações, dispensando mesmo a atribuição de responsabilidade ao cumprimento dessas ações.

Assim, quando se diz que “a prestação de contas será avaliada”, por exemplo, não se está apenas definindo uma situação de enunciação prospectiva (aquela em que a prestação de contas será analisada por alguém), mas condensando um conjunto de situações. Tal condensação parece reduzir a avaliação a um único evento, desconsiderando um conjunto de opções inerente à atividade de avaliar: para avaliar a prestação de contas, é necessário definir diretrizes básicas, delimitando mesmo o que se entende por prestar contas, instituir uma comissão para tal finalidade, etc. Com efeito, apagam-se não só os processos constitutivos da atividade de avaliar, como também aqueles relativos à prestação de contas. Pressupõe-se que se fala sempre de um mesmo saber, compartilhado por enunciador e coenunciador. Ou seja, o tratamento conferido a atividades como as de avaliar e de prestar contas mostra essas ações como fatos evidentes do mundo aos quais a linguagem compareceria posteriormente apenas para relatar o ocorrido.

Caso semelhante se dá quando se diz que “o provão do Nova Escola será aplicado”. Nesse exemplo, não cabe ao trabalho pedagógico apenas saber que ocorrerá uma situação de aplicação de prova, embora essa situação envolva um conjunto de enunciações (definição dos horários e locais de prova, elaboração de instruções aos alunos, entre outras). É à própria existência de um provão que nos referimos, em que se pressupõe a necessidade de um programa, de uma banca, de hierarquização dos saberes a serem avaliados, da escolha do perfil de alunos que se deseja ver privilegiado nas provas, entre diversas outras situações de enunciação implicadas na formulação de uma prova. Cada um dos aspectos listados anteriormente desdobra-se em um conjunto de situações de enunciação encadeadas. Como vimos sustentando até aqui, não é possível, por exemplo, escolher um perfil de

aluno a ser privilegiado nas provas que não seja, entre outras formas de ação, instituindo práticas discursivas. Essas práticas discursivas a que nos referimos, podemos remetê-las tanto a debates entre membros de algumas instâncias da Secretaria (orientações dos setores responsáveis dadas à banca de elaboração das provas, ou seja, um conjunto de textos orais e escritos que antecedem a elaboração das questões), quanto à própria enunciação da prova e das possibilidades de alternativas.

Desse modo, dispensa-se qualquer tipo de visibilidade a quais seriam os critérios adotados ou quem estaria responsável por avaliar a prestação de contas, emitir certificados, aplicar o provão do Nova Escola, apurar a organização de quadros de horários, prestar contas, promover integração escola-comunidade e verificar assiduidade de professores, checar dados, acompanhar o desempenho dos alunos.

Cabe ainda destacar que a condensação de situações de enunciação referida anteriormente – isto é, a pressuposição de que, entre a situação atual de enunciação, em que o relato é apresentado pelo enunciador-jornalista, e a situação original de enunciação, aquela em que o relato captado teria sido produzido, haveria uma situação intermediária, em que alguém que presenciou ou soube da enunciação original a relata ao enunciador-jornalista – não pode ser considerada como característica inerente a todas as ocorrências de DN. Há algumas que não se prestarão a tantos desdobramentos quantos os observados nos exemplos anteriores. Estariam fora dessa caracterização exemplos de marcas linguísticas tais como “serão emitidos certificados”, cujo relato aponta para uma única situação de enunciação, aquela em que teríamos um conjunto de atividades envolvendo a emissão do certificado.

É evidente que não estamos aqui a defender que todas as situações de enunciação pressupostas em um dado relato devam ser evidenciadas. Parece-nos bastante claro que tal condensação constitua as práticas de linguagem. O que nos interessa nesses exemplos é compreender de que modo as diferentes estratégias de apagamento do relato nos possibilitam perceber, materializada no funcionamento discursivo, a formação de certos jogos de saber e de exercícios de poder no contexto sócio-histórico atual.

O quadro 2, ao evidenciar um desequilíbrio nas ocorrências de relatos em DN implicados nas polêmicas em torno das mudanças no Programa Nova Escola, com uma frequência maior para as vozes em aliança com o enunciador-governamental em detrimento de ocorrências pontuais das

vozes em oposição, possibilita o questionamento relativo ao que viria a ser considerado como “informação objetiva”, a partir do ponto de vista construído pela notícia. Uma leitura mais detalhada dos relatos cujas vozes reportadas não se encontram identificadas mostraria que quase a totalidade das situações relatadas pode ser atribuída à Secretaria de Educação. Apenas aquele que identifica as “duras críticas” em relação ao Programa não poderia integrar-se ao conjunto anterior. Uma dessas críticas é relatada em discurso direto (DD) no texto da notícia, atribuída a um diretor do SEPE-RJ.

Na referida notícia, confere-se maior peso à voz institucional, identificada de diferentes modos: como Secretaria de Estado de Educação (SEE) do Rio de Janeiro, genericamente, ou através do secretário, dos documentos oficiais (o Programa, o edital), ou ainda através dos relatos cujas vozes reportadas não se identificam, ainda que possam facilmente ser atribuídas à Secretaria ou a outro órgão por ela delegado a exercer tal função. Afinal, quem poderia emitir certificados, checar dados, etc., que não a própria SEE?

Até aqui, ressaltamos alguns elementos que devem ser destacados. As coordenadas de tempo das enunciações reportadas tomam como marco as mudanças nas regras do Nova Escola. A partir desse ponto de referência, vimos, por exemplo, que o edital “prevê” e “estabelece”, produzindo um corte entre as avaliações anteriores e o que passará a ocorrer. Preparando o edital – e, portanto, em momento anterior às mudanças – o secretário “pensou” em considerar alguns critérios. No momento atual, em que transcorre a mudança nas regras, a SEE “estuda”, um diretor de escola “se preocupa”. Uma vez consolidadas as alterações, “a prestação de contas será avaliada”, “serão emitidos certificados”.

Cabe ressaltar também que parece haver planos distintos de relato bem marcados nesse texto. A voz institucional é apresentada em DN, quando atribuída à SEE, ao Edital, ao Programa, ao secretário, ou por meio de “vozes não definidas”. Essas instâncias estariam autorizadas a produzir verdades instituídas, a partir das quais se pode polemizar, discutir, mas sempre as tomando como ponto de partida. Ou seja, o apagamento da fonte do relato em DN parece apresentá-lo como enunciação que prescindiria de uma atribuição de responsabilidade a uma voz específica. Sua reconstrução é possível a partir de algumas pressuposições. Dessa forma, os relatos cuja fonte fora apagada emergem, instituindo premissas supostamente com-

partilhadas e, a partir delas, outras vozes seriam convocadas a estabelecer relações de aliança ou oposição. Tal modo de articulação entre as formas de apresentação do relato no texto parecem reafirmar esse efeito de “verdades instituídas”.

Vemos produzir-se, assim, uma dissociação entre o que poderíamos considerar como “fatos” e o que seriam as “opiniões”. Como exemplo, teríamos, em DN, a explicitação de que o Nova Escola “é alvo de duras críticas”. Aqui, marca-se a existência de enunciações anteriores acerca do Nova Escola, reunidas sob o rótulo de “críticas”. Esse seria o plano dos “fatos”, dos conhecimentos partilhados. Para se ter acesso a tais críticas, seria preciso recorrer a pontos de vista particulares, a polêmicas localizadas, a partir das “verdades” instituídas. Os embates constroem-se como reação ao instituído.

Impossível aqui não remeter a Rocha (1998), que, ao tratar da lógica instituída no fazer pedagógico, ressalta os processos de constituição do conhecimento em nossa sociedade. Segundo a autora, observa-se na escola uma divisão do processo: por um lado, há os que estariam pré-destinados a escutar; por outro, há aqueles cuja função é transmitir. A partir dessa divisão, o saber produzido agencia representantes e estabelece as condições de *quem fala e em nome do que e de quem se fala* (ROCHA, M., 1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, procuramos dar destaque a algumas das ferramentas de que dispõe o pesquisador no âmbito dos estudos da linguagem para analisar as diferentes formas de inscrição de outras vozes na materialidade linguística, discutindo a produção de sentido sobre o trabalho em Educação na mídia impressa. No percurso aqui proposto, demos ênfase às discussões em torno da produtividade do discurso relatado como categoria de análise que nos permite, a partir de um trabalho com os textos, atentar para uma dimensão social das práticas de linguagem.

Não é à toa que, ao optar por um investimento teórico que se proponha pôr em xeque uma concepção, a nosso ver, excessivamente representacional, a escolha do material a ser analisado tenha privilegiado um trabalho de análise de textos jornalísticos. A partir da notícia de jornal analisada, foi-

nos possível evidenciar certas estratégias de apresentação da voz do outro que nos permitem mapear, entre os graus de maior ou menor apagamento dessas vozes reportadas, um certo nível de relato que se mostra como pertencente a uma ordem instituída, ou seja, tais vozes são trazidas como se estivessem se referindo a um nível dos “fatos objetivos”. Essas vozes na notícia em análise ora são atribuídas ao enunciador-institucional “Secretaria de Educação”, ora encontram-se individuadas, remetendo à pessoa do Secretário de Educação, ora colocam em cena documentos, como editais ou o Programa Nova Escola. De outro lado, teríamos um conjunto de outras vozes que, por corresponderem a um nível mais explícito da presença do outro, apresentam-se como “comentários”, “reclamações”, “observações”, atribuídas aos profissionais, em geral, ou a seus representantes sindicais, configurando, assim, um nível de reação àquelas vozes que se mostraram remetendo à ordem instituída.

Desse modo, o que pretendemos oferecer ao leitor com um “esboço de análise” que tem como entrada o discurso relatado são argumentos favoráveis a uma compreensão da assimetria entre linguagem e mundo como criação de um plano de coengendramento, produzindo simultaneamente o que entendemos como empiricidades. Assim, a objetividade, que tem sido largamente tratada como qualidade dos textos, emerge, a partir do foco sobre os modos de “mostrar” a atribuição de uma voz a outro, como efeito de sentido produzido na interface entre os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo das trocas verbais. Ao percorrer os modos de constituição das informações a serem “transmitidas” pelos textos jornalísticos, o que se coloca em evidência é a dimensão ético-política implicada no trabalho do profissional do campo dos estudos da linguagem: desautorizando uma concepção instrumental da linguagem que se sustenta no ideal da intercompreensão, preferimos apostar na perspectiva que compreende as trocas verbais como espaço-tempo de criação permanente de uma dada ordem social. O linguista contribui, assim, para pôr o foco sobre os modos de constituição do real a partir das interações verbais, abrindo brechas para a constituição de novas relações entre os homens.

Recebido em: junho de 2010

Aprovado em: dezembro de 2010

E-mails: brunodeusdara@yahoo.com.br

rochadm@uol.com.br

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARIAS, Sandra Marcela Di Lullo. 2003. *A enunciação do espanhol como língua estrangeira: vozes da notícia*. 2003. Xf. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. de Claudia R. C. Pfeiffer *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. 1990. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos* 19. Campinas: Unicamp, julho-dezembro.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DEUSDARÁ, Bruno. Reflexões sobre a objetividade na mídia impressa: o apagamento da fonte em notícias de jornais. *Caderno Seminal Digital*, n. 8, v. 8, p.61-76, jul-dez, 2007. Disponível em: <[http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal\\_VIII.pdf](http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal_VIII.pdf)>. Acesso em: 10 de agosto de 2008.
- \_\_\_\_\_. *Imagens da Alteridade no Trabalho Docente: enunciação e produção de subjetividade*. 2006. 249f. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_; SANT'ANNA, Vera. Narrando para não explicar: mídia e sentido do trabalho dos profissionais de educação. In: SANT'ANNA, Vera; DEUSDARÁ, Bruno (orgs). *Trajétórias em Enunciação e Discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz, 2007
- GALLO, Sílvio. *Deleuze & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 2ª ed.
- GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. Trad. de Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. *Autopoiesis and Cognition: the Realization of the Living*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 1980 [1972].
- PASSOS, Eduardo. Um paradigma estético nos estudos da cognição. In: KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

- ROCHA, Décio. 2006. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. *Gragoatá* v.21, 2º sem. Niterói: EdUFF.
- \_\_\_\_\_; DAHER, Maria Del Carmen F. G.; SANT'ANNA, Vera L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília P.; FAÏTA, Daniel (orgs). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ROCHA, Marisa Lopes da. Formação e prática docente: implicações com a pesquisa-intervenção. In: MACIEL, Ira (org.) *Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação*. São Paulo: Ciência Moderna, 2001.
- \_\_\_\_\_. Para além das evidências, dos princípios e dos valores instituídos no fazer pedagógico. *Cadernos Transdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, n.1, 1998
- SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O Trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: Educ, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Mercosul em notícia: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho*. 2000. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2005. 10ª ed.

ANEXO

SEMANEIRO, 20 DE MARÇO DE 2005



# Novas regras da Nova Escola

## Notas do provão valendo para todas as séries e prestação de contas mais rigorosa estão entre as alterações que influem na gratificação

KARINA BOTTING

Vão mudar de novo as regras do Programa Nova Escola, que avalia e classifica colégios da rede estadual para pagamento de gratificação a quase 88 mil servidores. Após série de reuniões de equipe e com diretores das unidades, o secretário estadual de Educação, Cláudio Mendonça, montou edital que prevê mais rigor nos critérios prestação de contas e desempenho de estudantes. A secretaria ainda está avaliando o perfil dos professores.

Além de provas de Português e Matemática, a avaliação tem 600 mil alunos enfrentando questões de Ciências da Natureza – Meio Ambiente, Biologia, Química e Física, de acordo com a série em curso.

Desempenho nas provas valerá para todas as séries. A publicação do edital está prevista para os próximos dias e estabelece critério de pontuação para as provas aplicadas aos alunos da 2ª, 4ª, da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Na última avaliação, 60% de 65 alunos de todas as séries tiveram feito exames de Matemática e Português, apenas as notas aplicadas a estudantes da 4ª, 5ª e 6ª série foram usadas para o critério de desempenho.

Segundo o coordenador do Nova Escola, Francisco Tadeu Correia, alunos da 3ª série do Ensino Fundamental não foram avaliados porque esta é uma série intermediária. "A 2ª série encerra o ciclo básico de alfabetização e a 4ª, um segundo ciclo de estudos. Vimos que é desnecessário avaliar o desempenho dos estudantes na 3ª", justifica. O número de questões será o mesmo do último provão – até 52, de acordo com a série.

Prestação de contas pelo colégio ficará mais rigorosa. A prestação de contas será avaliada também qualitativamente. "Antes, era preciso entregar a documentação no prazo. Agora, vamos comparar dados e checar se há reincidência em erros como notas físicas vendidas, preenchimento incompleto de informações ou não-pagamento de impostos", explica a superintendente de administração financeira, Maria Theresa Lopes. Serão emitidos certificados aos diretores que prestarem contas corretamente.

### Para diretor, teste ficará mais difícil

O diretor do Colégio Estadual Teodorico Fonseca, em Valença, Vitor Hugo Vianna está entre os 70 gestores que participaram do debate sobre o Nova Escola, quarta-feira. Para ele, a avaliação é necessária, mas as escolas estão despreparadas. "As regras são impostas. E as mudanças sempre ocorrem de uma hora para outra. Em dezembro, a forma de prestar contas mudou radicalmente. Eu, que sou biólogo e não contábil, perdi o prazo, em janeiro", lembra. O diretor se preocupa com o provão. Ano passado, 7% dos alunos da unidade alcançaram pontuação satisfatória. "Foi um péssimo resultado. Mas é claro que, com questões de Ciências e outras matérias, a prova ficará mais difícil. Não houve preparação. Nem tivemos acesso às regras anteriores", comenta.

### CONHEÇA OS CRITÉRIOS

A avaliação do Programa Nova Escola é dividida em três etapas:

**Fluxo** Peso 1 (total de 20% ou 5% por cada critério)

- Quadros de horários
- Prestação de contas (se foi feita dentro do prazo e de acordo com o padrão estabelecido)
- Integração com a comunidade
- Assiduidade de professores

**Desempenho de estudantes** Peso 2 (40%)

- São avaliados índices de aprovação, repetência, frequência e evasão de alunos.

**Fluxo** Peso 2 (40%)

- São avaliados índices de aprovação, repetência, frequência e evasão de alunos.

A nota final é calculada assim:

$$\text{Gestão} + (\text{Desempenho} \times 2) + \text{Fluxo} \times 2$$

### 88 colégios terão avaliação diferente

O Rio de Janeiro de fora do modelo de avaliação do Nova Escola 32 colégios de Educação Infantil, no-vo que oferecem Educação Especial, 33 centros de Estudos Supletivos e 14 de Sistema Prisional. Segundo o secretário de Educação, Cláudio Mendonça, essas 88 unidades serão submetidas a avaliação diferenciada, com visitas de inspeção e aplicação de questionários.

Alunos estudando como será feito. Para isso, características, as unidades não podem ser avaliadas em fluxo e desempenho. As Escolas e Institutos não recebem. Os Superintendentes não têm sistema presencial e, nas presídios, a notificação de falta", explica o secretário.

Mendonça pensa em baixar para 3 o conceito máximo a ser atribuído por escolas. "No futuro, diretores, houve a contrapartida de uma avaliação especial. Provão".

O provão do Nova Escola será aplicado também em escolas de 4ª e 6ª séries de colégios recentemente municipalizados em 30 cidades, como Mesquita, Resende e Valença. "Os servidores ainda não são do estado. A gratificação não pode ser aplicada. O coordenador do Nova Escola, Francisco Tadeu Correia, afirma que as escolas agora pertencem às prefeituras, critérios de gestão não podem ser aplicados. "Vamos reduzir o peso dos outros itens", adianta Tadeu. A avaliação acontecerá em projetos da secretaria poderão ter o provão como diagnóstico.



DIRETORES DE ESCOLAS SE REUNEM COM O SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CLÁUDIO MENDONÇA (E, DE CINTURA BRANCA), PARA DISCUTIR AS MUDANÇAS

### Nas provas, só 9 com nota máxima

Uma das principais mudanças no Nova Escola 2005 é a validação de notas para todas as séries que fazem o provão. Na última edição do programa, apenas nove colégios alcançaram o nível máximo no critério desempenho escolar. Para isso, pelo menos 80% dos alunos tiveram que somar até 175 pontos nos testes de Português e Matemática, aplicados em novembro. Em 2003, nenhuma escola teve o nível máximo.

A pontuação segue escala do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica. São 175 para alunos da 4ª série, 225 para estudantes da 8ª série e 250 para os que estão no 3º ano. A Secretaria de Educação terá que ajustar escalas para a 2ª, 5ª, 6ª, 7ª séries e para o 1º e 2º ano. Já que, a partir da próxima avaliação, nota de todos as provas sofrerá validação como efeito de pontuação para o critério Desempenho Escolar.

### GRATIFICAÇÃO SERÁ PAGA A MAIS 9.425 PROFESSORES. OS CONCURSADOS

A Nova Escola 2004 pagou gratificações a 58.008 professores e 19.843 funcionários do apoio, totalizando 77.851 matrículas. Este ano, somando-se à conta os 9.425 concursados de 2003 e 2004 que entraram no quadro da secretaria ano passado. Isso não tiveram direito ao abono por não terem contribuído para o resultado de avaliação passado.

O programa foi criado em 2003 para avaliar o ensino da rede e propor metas para melhorar a gestão escolar. Entre os objetivos, fazer com que 80% dos alunos de cada unidade tenham domínio da leitura e da Matemática. Outros metas é acompanhar índices de evasão escolar, que não poderiam ultrapassar 10% por ano.

O Nova Escola é alvo de críticas. As avaliações de 2003 e do ano passado classificaram a maioria das unidades com os conceitos mais baixos. Em 2003, nenhum colégio teve 5. Em 2004, foram 15. "Através do Nova Escola, o estado apontou as falhas, mas não se dispôs a aumentar o investimento e os salários", diz o diretor do Sindicato dos Profissionais de Educação, Gilberto Tinoco.

A avaliação foi dividida em três critérios pela secretaria. Na gestão escolar, é avaliada a organização de quadros de horários, prestação de contas, integração com a comunidade e assiduidade de professores. No fluxo, são checados dados de aprovação, repetição, frequência e evasão. Para a parte de desempenho de alunos, há um provão.

Secretaria vai avaliar tabela de pontuação e pontuação para as séries intermediárias. "Estabelecemos a pontuação para as séries intermediárias para montar a tabela", adianta o coordenador Francisco Tadeu Correia.

Em 2004, o Colégio Roca Galgali, em Campo Grande, por exemplo, possuiu o índice de 80%. "No provão, o aproveitamento foi por em Mesquita", diz Tinoco.